

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro.
Reconhecimentos: antropologia, folclore e cultura popular. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012. 384 p.

Maurício Silva



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/horizontes/1087>

ISSN: 1806-9983

Editora

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Edição impressa

Data de publicação: 25 Outubro 2015

Paginação: 422-425

ISSN: 0104-7183

Referência eletrónica

Maurício Silva, « CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Reconhecimentos: antropologia, folclore e cultura popular*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012. 384 p. », *Horizontes Antropológicos* [Online], 44 | 2015, posto online no dia 02 novembro 2015, consultado o 25 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/horizontes/1087>

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Reconhecimentos: antropologia, folclore e cultura popular*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012. 384 p.

Maurício Silva*

Universidade Nove de Julho – Brasil

Em seu livro *A sociedade sem relato: antropologia e estética da iminência*, Néstor García Canclini (2012, p. 125) afirma de modo taxativo: “a melhor pesquisa antropológica não é a que descreve uma tradição e lhe atribui conceitos (‘cultura nacional’, ‘folclore’, ‘arte popular’), mas a que oferece um mapa da estrada onde essa paisagem e seus nomes vão mudando”. Este poderia ser o ponto de partida, mas também, a depender da leitura que se faça dele, o ponto de chegada do mais recente livro da antropóloga Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, *Reconhecimentos: antropologia, folclore e cultura popular*. Com efeito, refletindo sobre conceitos tão fluidos como os de *cultura nacional*, *folclore* ou *arte popular*, a autora nos apresenta um panorama seguro e denso dos estudos antropológicos relacionados a tais conceitos, situando-os (para mantermos a ideia de García Canclini), no *mapa* da cultura brasileira, além de resgatar a história das *estradas* que o perfazem.

Afirmando, assim, que o interesse pela antropologia e pelas ciências sociais tem crescido bastante no Brasil dos últimos anos, a autora aborda uma parte dos estudos sobre a religiosidade afro-brasileira, dentro da extensa produção acerca da presença do negro no Brasil, conferindo especial atenção a perspectivas que, de algum modo, criticaram a formação de religiões afro-brasileiras (como a umbanda e a macumba), em favor de formas supostamente mais puras (como o candomblé). Nesse sentido, analisa a produção de Nina Rodrigues, inaugurador dessa reflexão (*O animismo fetichista dos negros da Bahia*, 1900), cujos estudos resultam numa *duplicidade*: por um lado, revela-se preconceituoso ao extremo; por outro, contribui para o reconhecimento

* Contato: maurisil@gmail.com.

da existência de um conjunto de crenças e práticas religiosas dos negros escravizados no Brasil; além disso, seus estudos destacam-se pela comparação das religiões aqui presentes com as religiões africanas, pela descrição de seus cultos. Analisando, em seguida, a obra de Artur Ramos, que atualiza os métodos de investigação do material coletado, a autora lembra que, para ele, o negro não seria incapaz para a civilização (como queria Nina Rodrigues), mas atrasado em cultura; Artur Ramos teria, segundo a autora, trazido para o estudo do sincretismo religioso no Brasil a perspectiva psicanalítica. Sobre Edison Carneiro, a autora ressalta seus estudos acerca da integração do modelo religioso nagô com outras formas religiosas afro-brasileiras, com destaque para dois tipos de cultos originados desse contato: a macumba e a umbanda. Finalmente, em Roger Bastide (*As religiões africanas no Brasil*, 1971), que situou o tema em novos quadros teóricos, a autora ressalta sua preocupação com o sincretismo religioso, para ele um fenômeno de aculturação, atualizando a abordagem, num grande esforço interpretativo da gênese de determinadas formas religiosas; nesse contexto, enquanto para Bastide o candomblé seria o resultado da busca pela preservação de um mundo comunitário, a macumba e a umbanda representariam a perda de valores tradicionais e de unidade cultural (macumba) e a mescla de elementos religiosos africanos, indígenas e cristãos, dentro de um contexto de urbanização da sociedade brasileira e forte influência do espiritismo (umbanda). A autora conclui que, pelas obras analisadas, o resultado é uma visão de certo modo preconceituosa em relação à umbanda, tida como o resultado *deturpado* de um sincretismo religioso, frente a formas supostamente mais puras e legítimas.

Já em “Os estudos de folclore no Brasil”, produzido com outros pesquisadores, Cavalcanti procura, entre outras coisas, abordar a constituição e inserção dos estudos de folclore (“conjunto de obras intelectuais e de iniciativas institucionais que começam por volta de 1870 e chegam até 1960”, p. 73) na história intelectual do Brasil, num exame que leva em conta as categorias internas desse campo de estudo. Segundo os autores trata-se de uma área de conhecimento que, desde seu início, estabeleceu estreitas relações com o contexto intelectual da Europa, levando os primeiros folcloristas brasileiros a seguir objetivos semelhantes aos pesquisadores europeus, inspirando-se ora em autores que retratavam costumes populares, colecionando e classificando objetos, em geral não literários (século XVII), ora em autores que buscavam, em geral em fontes literárias, a singularidade de cada nação (século XIX).

No Brasil, foi Sílvio Romero praticamente o fundador desses estudos, apresentando “uma visão mais científica e racional da vida popular” (p. 84); adepto do positivismo, transportou para os estudos do folclore essa ideologia cientificista. Mas tarde, Amadeu Amaral retoma o trabalho de Sílvio Romero, criticando o diletantismo com que os estudos (e a coleta de material) acerca do folclore era feito. Mário de Andrade, por sua vez, buscou institucionalizar os estudos do folclore, atacando assim, ainda mais, o diletantismo na área, aproximando-os dos estudos sociológicos, antropológicos e históricos, presentes no ambiente universitário.

A autora estuda também a atuação de Florestan Fernandes junto aos estudos do folclore: começa afirmando que, em geral, os estudos sociológicos e antropológicos que lidam com a cultura popular referem-se à ótica redutora do folclore, destacando a necessidade de considerar o contexto social e o sentido/função dos fenômenos populares. Os estudos de folclore, contudo, já estavam mais ou menos consolidados quando a sociologia e a antropologia se institucionalizavam por meio das universidades. Com o surgimento da Escola Paulista de Sociologia (representada por Florestan Fernandes), as ciências sociais passaram a ocupar uma posição hegemônica no contexto brasileiro, criando uma situação de tensão com os folcloristas e suas instituições (como a Comissão Nacional de Folclore, 1947), que seguiam modelos distintos de ciência e conhecimento, levando, inclusive, a uma espécie de marginalização dos estudos folclóricos no Brasil.

Embora trate de vários outros temas relacionados ao folclore à cultura popular no Brasil (como os estudos de folclore maranhense ou os folguedos de boi no Brasil) e aborde a obra de alguns antropólogos com mais especificidade (como a produção de Roberto DaMatta e de Maria Isaura Pereira de Queiroz), seu livro ganha maior importância no estudo que faz sobre a produção de Oracy Nogueira, responsável pela conjunção acertada entre antropologia e sociologia; nesse sentido, Cavalcanti dedica especial atenção os primeiros anos de produção acadêmica de Oracy Nogueira, com destaque para seu *Vozes de Campos de Jordão* e outras obras que tratam do *preconceito de cor* no Brasil.

Trata-se, enfim, de um livro que vale a pena ser conhecido tanto por especialistas da área (que nele descobrirão abordagens mais aprofundadas de autores e de conceitos próprios da antropologia brasileira) quanto por *diletantes* (que nele encontrarão um panorama mais geral dos estudos antropológicos ligados ao folclore brasileiro, sobretudo no século XX). Sobre este último

aspecto, aliás, apenas a título de ilustração de como a autora maneja os dados históricos relacionados à antropologia nacional, Cavalcanti divide a trajetória da antropologia no Brasil em três períodos: de fins do século XIX às décadas de 1930/1940, período dos antecessores, com destaque tanto para a produção heterogênea de um Nina Rodrigues ou um Euclides da Cunha quanto uma produção mais especializada de um Gilberto Freyre e um Sérgio Buarque de Holanda; de 1930/1940 até a década de 1960, com a institucionalização do ensino superior, destacando-se a criação da Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (1934), entre outras; e a partir de 1960, período de criação dos cursos de pós-graduação, como o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Museu Nacional, 1968).

Referência

GARCÍA CANCLINI, N. *A sociedade sem relato: antropologia e estética da iminência*. São Paulo: Edusp, 2012.